

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E
APERFEICOAMENTO DO DESPORTO –
SÃO JOSÉ DESPORTIVO

31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DO DESPORTO – SÃO JOSÉ DESPORTIVO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstração do superávit

Quadro 3 — Demonstrações do superávit abrangente

Quadro 4 — Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos e administradores e conselheiros do
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DO DESPORTO – SÃO JOSÉ DESPORTIVO
São José dos Campos – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DO DESPORTO – SÃO JOSÉ DESPORTIVO** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DO DESPORTO – SÃO JOSÉ DESPORTIVO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Sem ressalvamos nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº1 e nº12 que descrevem que a Entidade concentra a maior parte de suas receitas nas subvenções mantidas junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos, através do Contrato de Gestão nº 162/2018 que tem como objetivo a administração, gerenciamento e operacionalização das atividades esportivas e de lazer desenvolvidas nas unidades que pertencem ao município, em vigor até 15 de março de 2023. Conforme mencionado na nota nº19, Eventos Subsequentes, no dia 02 de março de 2023, foi divulgada ata de sessão de julgamento da comissão especial de seleção referente ao edital Nº 147557/2022, da Prefeitura de São José dos Campos, o qual habilita **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DO DESPORTO – SÃO JOSÉ DESPORTIVO** a manter suas atividades referentes a administração, gerenciamento e operacionalização das atividades esportivas e de lazer desenvolvidas nos centros esportivos de sua responsabilidade pelo período de 24 meses. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nossa auditoria, cujo relatório datado em 14 de março de 2022 continha parágrafo de ênfase semelhante a que consta no presente relatório.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 03 de março de 2023.

Patine & Associados Serviços Contábeis S/S Ltda.
CRC 2SP042124/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO - SÃO JOSÉ DESPORTIVO BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
<i>Circulante</i>				<i>Circulante</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.072	7.269	Fornecedores	7	516	228
Clientes nacionais		8	-	Obrigações tributárias		120	44
Cartão Pre-Pago		7	3	Obrigações trabalhistas	8	1.899	1.759
Adiantamentos	5	244	61	Contas a pagar		15	12
Outras contas a receber		13	118	Recursos em consignação	9	1.456	3.121
		6.344	7.451			4.006	5.164
<i>Não circulante</i>				<i>Não circulante</i>			
Depósitos judiciais		80	80	Contingências trabalhistas	10	80	80
Imobilizado e intangível	6	72	69			80	80
		152	149				
<i>Patrimônio social</i>				<i>Patrimônio social</i>			
				Reserva de Contingências	11	2.306	2.306
				Superávit (déficit) acumulado		104	50
						2.410	2.356
Total do ativo		6.496	7.600	Total do passivo		6.496	7.600

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO - SÃO JOSÉ DEMONSTRAÇÕES DO DÉFICIT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas	12		
Subvenções PMSJC		24.961	21.206
Outros Recursos PMSJC		2.299	1.070
Captação de recursos - Lei de incentivo fiscal		2.973	2.880
Projeto CBC - Comitê Brasileiro de Clubes		64	(7)
Projeto Federal São José Basketball		(8)	(2)
Recursos próprios		820	98
Receitas financeiras		598	215
Outras Receitas		<u>3</u>	<u>45</u>
(=) Superávit bruto		31.710	25.505
Custos com atividades esportivas	13	(6.067)	(3.968)
Despesas com mão de obra	14	(18.604)	(19.580)
Despesas operacionais		(6.480)	(1.472)
Despesas com serviços especializados	15	(443)	(411)
Outras receitas/(despesas)		(55)	(14)
Despesas financeiras		<u>(7)</u>	<u>(10)</u>
(=) Superávit do exercício		<u>54</u>	<u>50</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO - SÃO JOSÉ DESPORTIVO DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit do exercício	54	50
Superávit abrangente	<u>54</u>	<u>50</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

CENTRO DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Reserva de contingência</u>	<u>Superavit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.091	-	2.091
Reserva de Contingência	215	-	215
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>50</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.306	50	2.356
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>54</u>	<u>54</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>2.306</u></u>	<u><u>104</u></u>	<u><u>2.410</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO - SÃO JOSÉ DESPORTIVO
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit do exercício	54	50
Depreciação, amortização e impairment	13	10
Superávit ajustado	67	60
(Aumento)/redução em Ativos		
(Aumento)/redução em subvenções a receber	-	(1)
(Aumento)/redução em adiantamentos	(183)	(37)
(Aumento)/redução em outros ativos	93	53
Aumento/(redução) em passivos		
Aumento/(redução) em fornecedores	288	(26)
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas/fiscais	216	769
Aumento/(redução) em outras contas	3	112
Aumento/(redução) em Repasse para Custeio Prefeitura São José dos Campos	(1.665)	2.260
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(1.248)</u>	<u>3.130</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(16)	52
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(16)</u>	<u>52</u>
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(1.197)</u></u>	<u><u>3.242</u></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	7.269	4.027
Caixa e equivalente de caixa no final do período	<u>6.072</u>	<u>7.269</u>
(=) Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(1.197)</u></u>	<u><u>3.242</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO - SÃO JOSÉ DESPORTIVO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO – SÃO JOSÉ DESPORTIVO (Entidade) é instituído como Entidade Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Tívoli, 128. Desenvolve suas atividades dirigidas ao fomento de atividades físicas e desportivas, bem como na formação e preparação de atletas e de equipes esportivas para participação em competições realizadas por Ligas Esportivas, Federações, Confederações e jogos promovidos pelas Secretarias dos Estados da Federação ou pelo Ministério dos Esportes. Representa o município de São José dos Campos ou qualquer outro que tenha interesse, sendo constituído com prazo de duração por tempo indeterminado.

Tem por finalidade prestar apoio financeiro, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, objetivando o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas para o aperfeiçoamento como forma de educação, saúde, proteção e valorização do cidadão, bem como, pelo desporto de alto rendimento não profissional no Município de São José dos Campos ou qualquer outro, em conformidade com os objetivos constantes do Art.3º incisos I a XIX, Capítulo II – DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS constantes do Estatuto do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto **Não Profissional de São José dos Campos.**

Em 2015, o Centro de Desenvolvimento firmou com o Município de São José dos Campos, o Contrato de Gestão nº 2844/2015 para gerenciamento e execução de serviços de atividades físicas, esportivas e de lazer nos centros esportivos e academias ao ar livre do Município. Este Contrato de Gestão foi encerrado em 15/03/2018, finalizando com o 8º termo de aditivo, que tem por objeto a disciplina da questão relativa as verbas trabalhistas decorrentes da execução desse contrato.

Em 14 de março de 2018 o Centro de Desenvolvimento firmou com o Município de São José dos Campos, o Contrato de Gestão nº 162/2018 que tem como objetivo a administração, gerenciamento e operacionalização das atividades esportivas e de lazer desenvolvidas nas unidades que pertencem ao município, em vigor até 15 de março de 2023. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2022, as receitas oriundas deste contrato representam cerca de 79% das receitas totais da Entidade (cerca de 87% em 31 de dezembro de 2021).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 – Entidades sem finalidades de lucros e pelo Pronunciamento técnico para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de fevereiro de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e provisão para contingências. A Entidade revisa suas estimativas anualmente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do Superávit

O superávit é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas decorrentes de serviços de gestão são apropriadas ao resultado em função dos gastos mensais incorridos, e confrontadas com as despesas que serão compensadas. Essas receitas originam-se, em sua maior parte, do Contrato de Gestão nº 162/2018 com a Prefeitura de São José dos Campos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

3.3. Ativo imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens adquiridos pela Entidade, registrados pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e de qualquer perda não recuperável.

3.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os únicos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representados por caixa e equivalentes de caixa e fornecedores a pagar, os quais se aproximam do valor justo nessas datas.

3.5. Obrigações trabalhistas

Correspondem às obrigações trabalhistas devidas aos funcionários da Entidade, e estão registradas pelo regime de competência, sendo provisionadas proporcionalmente ao período aquisitivo.

3.6. Recursos em consignação

São representados pelas subvenções recebidas e ainda não empenhadas nas atividades vinculadas a esses contratos. Seu reconhecimento e amortização segue as diretrizes previstas no normativo técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

3.9. Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.10. Tributos e contribuições

O São José Desportivo é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras - isenta, sendo fornecida declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Entidade sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97, todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços, bem como os rendimentos de aplicações financeiras.

Em 2022 e 2021 a entidade tem a Certidão Cadastral emitida pelo Ministério da Cidadania.

3.11. Novas normas contábeis

Novos padrões, alterações e interpretações dos padrões existentes que ainda não são eficazes e não foram adotados com antecedência pela Entidade (para os quais não são esperados impactos significativos no período de adoção inicial e, portanto, divulgações adicionais não estão sendo feitas) incluem:

- Contratos de seguro (alterações à IFRS 17 e à IFRS 4);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e à Declaração de Práticas IFRS);
- Emendas à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Joint Venture e à IAS 28/CPC 18 (R2);
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de Políticas Contábeis;
- IFRS Practice Statement 2 Emendas à IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contabilísticas;
- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações à IAS 1);
- Definição de estimativas contabilísticas (alterações à IAS 8); e
- Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações à IAS 12).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e Bancos conta movimento sem restrições	60	5
Caixa e Bancos conta movimento com restrições	38	32
Aplicações financeiras com restrições	5.974	7.219
Aplicações financeiras sem restrições	<u>-</u>	<u>13</u>
	<u>6.072</u>	<u>7.269</u>

A rubrica subgrupo “Caixa e Bancos conta movimento sem restrição” no valor de R\$ 60 em 2022 (R\$ 5 em 2021) teve variação significativa dentro deste exercício, em razão da reserva financeira para pagamento de despesas esportivas, com recurso próprio, conforme consta ata da Reunião do Conselho de Administração, nº 59 de 26/09/2022.

O grupo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa com e sem restrições”, registrada nos valores de R\$ 6.072 (R\$ 7.269 em 2021), é composta, substancialmente, por recursos provenientes de:

- **Recursos próprios:** Composto de recebimentos de prestação de serviços, patrocínios e taxas de administração e doações.
- **Outros Recursos:** Composto de recebimentos por meio da Lei de Incentivos Fiscais - LIF e recursos de Projetos FADENP e Atleta Cidadão recebidos da Prefeitura de São José dos Campos, Projeto Federal São José Basketball e Projeto CBC – Comitê Brasileiro Clubes.
- **Contrato de gestão PMSJC 162/2018:** Composto do saldo de recursos recebidos por meio da Prefeitura de São José dos Campos.

5. ADIANTAMENTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento de férias	212	57
Adiantamento Salários	2	4
Adiantamento a fornecedores	<u>30</u>	<u>-</u>
	<u>244</u>	<u>61</u>

6. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto por bens destinados a manutenção de suas atividades operacionais, demonstradas no quadro a seguir, por classe de ativos:

Descrição	Taxa média	<u>2022</u>			
		Custo	Depreciação acumulada	2022	2021
Móveis e utensílios	10%	11	(8)	3	4
Máquinas e equipamentos	10%	57	(11)	46	52
Equipamentos de informática	20%	<u>54</u>	<u>(33)</u>	<u>21</u>	<u>10</u>
		<u>122</u>	<u>(52)</u>	<u>70</u>	<u>66</u>

A rubrica “Imobilizado”, registrada no valor de R\$ 70 em 2022 (R\$ 66 em 2021), é composta de bens adquiridos destinados as atividades operacionais da Entidade. Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade não identificou indícios de perdas do valor recuperável de seus ativos imobilizados (*impairment*).

Descrição	Taxa média	<u>2022</u>			
		Custo	Amortização Acumulada	2022	2021
Softwares	20%	4	(1)	2	3
		<u>4</u>	<u>(1)</u>	<u>2</u>	<u>3</u>

A rubrica “Intangível”, registrada no valor de R\$ 2 em 2022, (R\$ 3 em 2021), é composta de softwares adquiridos destinados as atividades operacionais da Entidade.

Conforme nota explicativa nº 6, a composição dos saldos de imobilizado e intangível estão apresentados da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo imobilizado	70	66
Saldo intangível	<u>2</u>	<u>3</u>
	<u>72</u>	<u>69</u>

7. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comercio S.A	99	107
Canaa Zeladoria e Segurança Patrimonial Ltda	66	69
Milclean Comercio E Servicos Ltda.	131	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	27	45
Outros	<u>193</u>	<u>7</u>
	<u>516</u>	<u>228</u>

A rubrica “Fornecedores”, registrada no valor de R\$ 516 em 2022 (R\$ 228 em 2021), é composta pela aquisição de materiais e serviços ligados às atividades da Entidade.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Férias	1.465	1.267
INSS sobre folha a recolher	321	364
FGTS a recolher	104	110
Outras	<u>9</u>	<u>18</u>
	<u>1.899</u>	<u>1.759</u>

Em 2022, o quadro de colaboradores da Entidade aumentou de 426 para 451 funcionários. As contratações ocorreram para atender ao Contrato de Gestão 162/2018, firmado junto a Prefeitura de São José dos Campos.

9. RECURSOS EM CONSIGNAÇÃO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contrato de Gestão 2844/2015 PMSJC	37.846	37.845
(-) Receita reconhecida 2844/2015 PMSJC	(37.846)	(37.845)
Contrato de Gestão 162/2018 PMSJC	97.442	73.923
(-) Receita reconhecida 162/2018 PMSJC	(96.374)	(71.413)
Contrato de Gestão 2844/2015 Indenizações	1.381	1.381
(-) Receita reconhecida 2844/2015 Indenizações	(1.377)	(1.377)
Outros Recursos PMSJC	423	2.334
(-) Outros Recursos PMSJC	(4.550)	(2.229)
Projeto CBC	4.488	398
(-) Receita Reconhecida Projeto CBC	(89)	-
São José Basketball	<u>113</u>	<u>104</u>
	<u>1.456</u>	<u>3.121</u>

A rubrica “Recursos em consignação”, registrada no valor de R\$ 1.456 em 2022 (R\$ 3.121 em 2021), é composta pelas subvenções a serem utilizadas nas atividades esportivas, com base na Lei de Incentivos Fiscais e Prestação de Serviços. Estes recursos são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício com receitas, conforme sua competência, e em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo normativo técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Contrato de gestão 2844/2015

A rubrica “Contrato de Gestão 2844/2015 Indenizações” é composta por valores recebidos através de processos indenizatórios pagos pela Prefeitura de São José dos Campos, vinculados ao 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 2844/2015, destinado ao pagamento de despesas trabalhistas e previdenciárias incidentes até 15 de março de 2018. Esses recursos já foram integralmente utilizados e amortizados ao superávit/déficit de períodos anteriores.

Contrato de gestão 162/2018

A rubrica “Contrato de Gestão 162/2018 PMSJC”, registrada no valor líquido de R\$ 1.099 mil em 2021 (R\$2.510 mil em 2021), é composta pelos repasses recebidos do contrato de Gestão vigente nº 162/2018, firmado junto a Prefeitura de São José dos Campos, em 14 de março de 2018. Os valores têm por objetivo a administração, gerenciamento e operacionalização das atividades esportivas e de lazer desenvolvidas nas unidades Centro Poliesportivo do Altos de Santana, Campo dos Alemães e Jardim das Cerejeiras, na cidade de São José dos Campos.

10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Apoiada na opinião de seus assessores legais, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência, tais provisões foram realizadas em atendimento ao parecer normativo contábil CPC 25 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a provisão para contingências correspondente, integralmente, a contrapartida dos depósitos judiciais vinculados a questões trabalhistas em andamento contra a Entidade.

Contingências com probabilidade de “perda possível” (valores não provisionados)

Em 31 de dezembro de 2022, os processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível totalizam R\$ 317. Para esses casos, conforme preceitos do normativo contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Entidade não constituiu provisão.

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reserva de Contingência	2.306	2.306
Superávit acumulados	<u>104</u>	<u>50</u>
	<u><u>2.410</u></u>	<u><u>2.356</u></u>

Superávits Acumulados

Composta pelo superávit acumulados no exercício corrente e nos exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2022 foi apurado superávit no valor de R\$ 104, com déficit acumulado de R\$ 51 em 2021.

12. RECEITAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subvenções PMSJC	24.961	21.206
Outros Recursos PMSJC	2.299	1.070
Captação de recurso - Lei de incentivo Fiscal	2.973	2.880
Projeto CBC - Comitê Brasileiro de Clubes	64	(7)
Recursos próprios	820	98
Projeto Federal São José Basketball	(8)	(2)
Receita financeira	598	215
Outras Receitas	<u>3</u>	<u>45</u>
	<u><u>31.710</u></u>	<u><u>25.505</u></u>

A rubrica “Subvenções PMSJC”, registrada no valor de R\$ 24.961 em 2022 (R\$ 21.206 em 2021), é composta pelo reconhecimento da receita dos projetos, conforme NBC TG 07 e CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Essas receitas são oriundas do contrato de gestão nº 162/2018.

A rubrica “Recursos próprios” no valor de R\$ 820 em 2022 (R\$ 98 em 2021), é composta por taxas de administração, patrocínio e doações.

13. CUSTOS COM ATIVIDADES ESPORTIVAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Taxas federativas e arbitragem	(371)	(519)
Transporte	(513)	(374)
Alimentação para atletas	(516)	(739)
Aluguel de Alojamento/Locação de Quadras	(914)	(155)
Serviços prestados PJ - Atividades esportivas	(820)	(447)
Uniformes	(497)	(368)
Direito de Imagem	(390)	(31)
Marketing e comunicação	(256)	(265)
Materiais farmaceuticos	(130)	(95)
Outras despesas com atividades esportivas	(1.661)	(975)
	<u>(6.067)</u>	<u>(3.968)</u>

A rubrica “Custos com atividades esportivas”, registrada no valor de R\$ 6.067 em 2022 (R\$ 3.968 em 2021), é composta, principalmente, por materiais, taxas e serviços destinados a atividades esportivas.

A rubrica “Serviços Prestados PJ com Atividades Esportivas”, no valor de R\$ 820 em 2022 (R\$ 447 em 2021), é composta por serviços de assistência médica, hospedagem, serviços de segurança e controlador de acesso nos jogos esportivos.

14. DESPESAS COM MÃO DE OBRA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mão de obra	(12.020)	(12.553)
Encargos sociais	(4.494)	(4.698)
Despesas com alimentação	(1.686)	(1.929)
Vale transporte	(181)	(167)
Outra despesas / participação do trabalhador	(223)	(233)
	<u>(18.604)</u>	<u>(19.580)</u>

A rubrica “Despesas com mão de obra”, registrada no valor de R\$ 18.604 em 2022 (R\$ 19.580 em 2021), é composta por salários, férias, 13 salários, encargos e outras despesas ligadas a folha de pagamento.

15. DESPESAS COM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços contábeis, administrativos e Trabalhistas	(331)	(317)
Assessoria jurídica	(91)	(77)
Serviços de comunicação e marketing	(2)	(2)
Outros serviços especializados	(19)	(15)
	<u>(443)</u>	<u>(411)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas às aplicações financeiras e contas a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Entidade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes às taxas de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade adota a política de contratar Seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A Entidade possui dois Seguros de Responsabilidade Civil em vigência conforme informações abaixo:

Nº Apólice	Nome Empresa	Tipo	Valor do Prêmio	Vigência Início	Vigência Final
1001000002104	Berkley Brasil Seguros	Seguro de Responsabilidade Civil	6.379,21	24/09/2022	24/09/2023
2270000491951	Mapre Seguros	Seguro de Responsabilidade Civil	12.615,79	21/08/2022	21/08/2023

18. TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Entidade, no desenvolvimento de suas atividades, recebe prestação de serviços oferecidos por pessoas físicas. Em atendimento à Resolução nº 1.409/12 a Entidade avalia os valores envolvidos e concluiu que não são relevantes, motivo pelo qual não apresenta os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários recebidos.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 02 de março de 2023, foi divulgada ata de sessão de julgamento da comissão especial de seleção referente ao edital Nº 147557/2022, da Prefeitura de São José dos Campos, o qual habilita a Organização Social Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto a manter suas atividades referentes a administração, gerenciamento e operacionalização das atividades esportivas e de lazer desenvolvidas nos centros esportivos de sua responsabilidade pelo período de 24 meses.

(***)